

OS SABERES CONTIDOS NA TRADIÇÃO ORAL

Sidney Silva¹

RESUMO: Com o presente artigo, visou apresentar uma reflexão acerca do papel desempenhado pela tradição em culturas ágrafas e também nos relatos de pessoas idosas. A partir daí, procuro mostrar que, inclusive, as culturas letradas podem se beneficiar com os saberes oriundos da tradição oral.

Palavras-chave: oralidade; escrita; memória.

THE KNOWLEDGE CONTAINED IN ORAL TRADITION

ABSTRACT: With this article, I intend to present a reflection on the role played by the unwritten tradition in cultures and also in reports of elderly people. From there, I try to show that even the literate cultures can benefit from the knowledge of oral tradition.

Keywords: orality; writing; memory.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Geralmente, a grande maioria dos membros das sociedades inseridas no universo do grafismo tem a tendência a superestimar o papel desempenhado por esta e, em muitos casos, tende-se a subestimar o saber contido nas culturas ágrafas. Não se pode negar a importância da escrita, no entanto, ao cotejar as duas modalidades de expressão linguística, tanto a falada quanto a escrita, nota-se que a língua falada também tem as suas especificidades no que diz respeito à produção de conhecimento.

É importante destacar que a invenção da escrita é recente quando comparada à antiguidade da fala. Essa linearidade que ocorreu na história da humanidade está presente também na história de cada indivíduo: aprende-se a falar antes de aprender a escrever. Sabe-se a importância da fala na constituição do indivíduo enquanto ser social (VYGOTSKY, 2007) Nesse sentido, Lopes (2008, p. 33) mostra que

¹ Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Instituto Federal Goiano.

a fala possui maiores possibilidades de sobrevivência do que a escrita. Podemos, sem grande esforço, imaginar um mundo como vaticinou McLuhan, por exemplo, em que a modalidade escrita seja substituída por alguma outra modalidade de expressão; mas seria muito difícil, para não dizer impossível, supor que algum outro sistema semiótico venha a ocupar, no futuro, o lugar da fala, tornando-a inútil ou obsoleta.

Se retomarmos os relatos da História, as inscrições que podem ser consideradas como os tipos de escrita mais remotos, como aquelas encontradas nas antigas culturas sumérias ou egípcias, não têm mais que cinco ou seis mil anos. No entanto, anteriormente a esse período, a linguagem e as tradições orais já desempenhavam o seu papel na organização do conhecimento dos povos antigos.

Segundo Mignolo (2009), a função da linguagem – em qualquer manifestação, não apenas na fala ou na escrita alfabética – é propiciar a interação ao indivíduo e, além disso, possibilita ao mesmo descrever as suas próprias interações. No que diz respeito à fala, esta é natural e universal, ou seja, independente da forma de organização social da cultura à qual está ligada ou da forma como se dá a sua aquisição ou desenvolvimento é inerente à diversidade de povos. A escrita, por outro lado, não está ligada a todos os povos e culturas, pois existe uma série de povos ágrafos. Dessa forma, podemos afirmar que não existe nenhum povo que não tenha o seu sistema linguístico de língua falada, no entanto, há muitos povos que desconhecem qualquer sistema de escrita. Além disso, é importante destacar que todos os sistemas de transcrição escrita são fundados na fala, em relação à qual são secundários; o contrário, no entanto, não acontece. Como mostra Calvet (2011), a escrita é um fato social ligado aos fenômenos de poder, assim como é também um elemento cultural que, na ideologia dominante, serviu, às vezes, como um fundamento para rebaixar o outro. Dessa forma, a posse da escrita é – e sempre foi – uma forma de poder.

De acordo com a concepção de Jean-Jacques Rousseau² (1817 *apud* Calvet 2011) havia três maneiras de escrever: pintar, representar tanto as palavras como proposições por meio de caracteres convencionais e analisar a fala em alfabeto. Para o pensador francês, essas três formas de escrever correspondem a três estados sob os quais as diferentes culturas podem ser classificadas. Assim, segundo Rousseau, a pintura dos objetos convém aos “povos selvagens”; o uso dos signos para representar palavras e proposições aos “povos bárbaros”; e o alfabeto aos

² Jean-Jacques Rousseau, *Essai sur l'origine des langues*, edição de 1817. Ed. br.: *Ensaio sobre a origem das línguas*. Trad.: F. M. L. Moretto. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

“povos organizados”. De acordo com Calvet (2011), um dos problemas das relações entre sociedades com escrita e sociedades sem escrita é que as primeiras sempre consideraram as segundas como inferiores, em nome justamente da ausência da escrita. Lévi-Strauss (1996, p. 282), ao tecer abordagens sobre a escrita afirma que

coisa estranha é a escrita. Tudo indica que sua aparição não poderia deixar de determinar mudanças profundas nas condições de vida da humanidade; e que essas transformações deveriam ser, acima de tudo, de natureza intelectual. A posse da escrita multiplica fantásticamente a capacidade do homem para preservar os seus conhecimentos.

Para Calvet (2011, p. 131), “se a língua não tem um papel secundário nas relações de força e se a posse da escrita é historicamente uma das formas de poder, todo o problema é saber como aqueles que não têm escrita podem adquiri-la e usá-la”. Vale ressaltar que, assim como mostra Lévi-Strauss (1996), mesmo nas culturas que se dizem letradas, na maior parte do mundo, a escrita existe como instituição de sociedades cujos membros, em sua maioria, não possuem o seu manejo.

Saussure (2001) advertiu que a única razão da existência da escrita é o seu caráter de representar a fala. No entanto, a superestimação da escrita e a tendência ocidental de subestimar a fala e, em sua consequência, a tradição oral e as realizações produzidas por esta, assim como os povos que a utilizam para transmitir seus conhecimentos, têm feito com que muitas tradições, inclusive do próprio povo ocidental – quando, por exemplo, se exclui da sociedade “o velho” e as suas narrativas oriundas da sua habilidade de lembrar e narrar fatos do passado – tenham se perdido ao longo dos anos. Assim, o objetivo deste artigo é destacar a importância da tradição oral, visto que muitos valores e conhecimentos são transmitidos por meio desta fonte, para tanto, procuro destacar exemplos de tradições e conhecimentos que ao longo dos anos foram assegurados por meio da oralidade.

MAS, O QUE PODE SER ENTENDIDO COMO TRADIÇÃO ORAL?

De acordo com Thompson (1992), a tradição oral é tão antiga quanto a própria história. Segundo o autor, ela foi, inclusive, a primeira espécie de história, e apenas recentemente é que a habilidade em usar a evidência oral deixou de ser uma das marcas do historiador.

Segundo Thompson (1992), quando o eminente historiador francês de meados do século XIX Jules Michelet, professor tanto da Normale como da Sorbonne e curador chefe histórico

dos Arquivos Nacionais, escreveu a sua versão sobre a história da Revolução Francesa. Ele considerou os documentos escritos apenas como uma entre muitas outras fontes. Assim, durante dez anos, o referido historiador colheu sistematicamente fatos por meio da fonte oral fora de Paris. A sua intenção era contrabalançar a evidência dos documentos oficiais com o julgamento político da tradição oral popular. No que diz respeito às histórias contadas pelo povo, Michelet (*apud* THOMPSON, 1992, p. 45), afirma que todas remetiam a uma história precisa que “permaneceu espalhada de modo geral na boca do povo, que todos diziam, e repetiam, camponeses, gente da cidade, velhos, mulheres, até mesmo crianças [...]”.

Thompson (1992) ressalta que antes da constituição dos alfabetos e do letramento, toda a história era história oral. Tudo precisava ser lembrado, desde as destrezas e habilidades, assim como outros aspectos importantes relacionados ao tempo, às estações, ao céu, ao território, assim como as leis, as falas, as transformações, as negociações etc. A própria tradição oral era muito variada. Jan Vansina³ (1965, *apud* THOMPSON, 1992) dividiu a tradição oral em cinco categorias:

Fórmulas	fórmulas de aprendizagem, rituais, gritos de guerra
Listas	listas de nomes de lugares e de nomes de pessoas
Poesia	poesia oficial ou privada, histórica, religiosa ou pessoal
Narrativas	históricas, didáticas, artísticas ou pessoais
Memórias	memórias legais e de outros tipos

Nesse sentido, embora nem todas essas categorias estejam presentes em todas as sociedades, é importante destacar que, na maioria das sociedades, sempre existiu e, em muitas delas, ainda existe um leque muito amplo de fontes de conhecimento de tradição oral.

Algo que mostra a relevância social das tradições orais é o fato de que essas resultaram em sistemas confiáveis para a sua transmissão de uma geração para outra, com um mínimo de distorção. Dentre essas práticas, pode-se mencionar o testemunho grupal em ocasiões ritualísticas e de disputas e a instauração de escolas para o ensino do saber tradicional e das recitações. O conhecimento transmitido por essas tradições orais mantinha padrões exatos, inclusive arcaísmos, mesmo quando esses não eram mais compreendidos. Assim, o conhecimento – objeto dessas tradições orais – se assemelha aos documentos legais, ou aos

³ VANSINA, JAN. Oral Tradition: a study in historical methodology (1965).

livros sagrados. Inclusive, os seus detentores, geralmente, se tornavam altamente respeitados por toda a sociedade na qual estavam inseridos (THOMPSON, 1992).

Um dos exemplos de como a tradição oral pode ser um sistema para preservar o conhecimento de um determinado povo é ressaltado por Niane⁴ (1965 *apud* THOMPSON, 1992) ao mostrar que em Ruanda, por exemplo, genealogistas, memorialistas, *rapsodos* e *abiiru*⁵, cada um deles era responsável pela preservação de um tipo diferente de tradição.

Os genealogistas, *abarurabwenge*⁶, tinham que se lembrar das listas dos reis e das rainhas-mãe; os memorialistas *abateekerezi*, os acontecimentos mais importantes de cada reinado; os *rapsodos*, *abasizi*, preservavam os panegíricos aos reis; e os *abiiru*, os segredos da dinastia. [De modo que estes afirmavam:] “Sem nós, os nomes dos reis se desvaneceriam no esquecimento, nós somos a memória da humanidade”, proclamavam com razão os cantores de louvores: “Ensino aos reis a história de seus ancestrais, de modo que as vidas dos antigos possam servir de exemplo, pois o mundo é antigo, mas o futuro brota do passado” (NIANE, 1965 *apud* THOMPSON, 1992, p. 47).

Segundo Thompson (1992), os portadores de tradição ou equivalentes a eles estavam presentes em muitas culturas, como no *skald* escandinavo ou no *rajput* indiano. Um encontro com um desses guardiões das tradições da África Ocidental foi descrito por Alex Haley⁷ (1973, *apud* THOMPSON, 1992) – um negro norte-americano – no relato que fez da redescoberta dos seus ancestrais. Na busca pela sua linhagem, Haley foi até a Gâmbia. Chegando lá, ficou sabendo que existia um antigo clã familiar chamado Kinte que falava a língua dos seus ancestrais. Depois de muito procurar, foi localizado, numa aldeia distante do interior, um portador de tradição do clã, ou *griot*. Haley (1973, *apud* THOMPSON, 1992, p. 48) relata da seguinte forma: “a uma certa distância, pude ver aquele homenzinho de chapéu de copa arredondada e traje de um branco sujo e, mesmo à distância, havia uma atmosfera de ‘importância’ em torno dele”. As pessoas formaram um círculo em torno de Alex Haley, para contemplar o primeiro negro norte-americano que viam. A seguir, voltaram-se todos para o velho:

O velho, o *griot*, o historiador oral, Kebba Kanga Fofana, de 73 chuvas de idade, começou então a contar-me a história ancestral do clã dos Kinte, do modo como ela tem sido contada através dos séculos, desde a época dos antepassados. Era como se um longo pergaminho estivesse sendo lido. Não

⁴ NIANE, D. T. Sundiata: an epic of old Mali (1965)

⁵ Os *abiirus* eram conselheiros eleitos pelo Rei de Ruanda para custodiar os segredos da realeza. Assim, dentre as suas atribuições estava preservar o conhecimento ritual e acompanhar e/ou dirigir as cerimônias.

⁶ Destaques do autor.

⁷ HALEY, Alex. Black History, Oral History and Genealogy, OHR, 1973.

era apenas uma conversa comum. A ocasião era muito formal. As pessoas ficavam absolutamente silenciosas, imóveis. O velho estava sentado numa cadeira e quando ia falar endireitava-se, seu corpo se enrijecia, os cordões de seu pescoço saltavam e ele emitia as palavras como se fossem objetos materiais que saíssem da sua boca. Falava uma sentença ou duas e relaxava, enquanto faziam a tradução. Da cabeça daquele homem jorravam detalhes sobre a sucessão das gerações, que parecia impossível guardar. De dois, três séculos atrás. Quem se casou com quem, quem que teve filhos, que filhos se casaram com quem e os filhos que tiveram, e assim por diante, simplesmente inacreditável. Fiquei perplexo não só com a profusão de detalhes, como também pelo padrão bíblico em que ele os expressava. Algo assim como: “e fulano tomou por esposa sicrana e gerou e gerou e gerou”, e nomeava os esposos e seus filhos, e assim por diante. Ao localizar as coisas no tempo, não o fazia com datas do calendário, mas datava as coisas com acontecimentos físicos como... uma inundação (HALEY, 1973 *apud* THOMPSON, 1992, pp. 48-49).

Assim, passo a passo, “o velho” relatou toda a história do clã dos Kinte: como haviam chegado à região, as profissões que exerceram etc. Alex Haley pegou um caderno de anotações e mostrou aos intérpretes que essa era a mesma história que, quando criança, ouvira de sua avó no alpendre da casa dela no Tennessee.

Esse relato mostra o prestígio de que desfrutava o historiador oral, antes que a disseminação da documentação nas sociedades letradas tornasse supérfluos esses momentos públicos de revelação histórica.

Thompson (1992) afirma que não é difícil encontrar outros casos de precisão da tradição oral. Na Grécia antiga, a exatidão da descrição de detalhes de armaduras obsoletas e listas de nomes de cidades abandonadas foram preservadas oralmente por seiscentos anos, até que circulassem as primeiras versões escritas de *Ilíada* e, posteriormente, foram esses dados confirmados pelos estudos clássicos e pela arqueologia.

No entanto, com a destruição dos suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança e, dessa forma, passou a invalidar a sua funcionalidade, bem como apagar os seus rastros. Segundo Bosi (1994, p. 19) “a memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituía-se valores ligados à práxis coletiva como a vizinhança, a família larga, apego a certas coisas, a certos objetos biográficos”. Esses eram alguns arrimos em que a memória se apoiava. No entanto, como mostra Thompson (1992), a memória foi rebaixada do *status* de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado. Embora as pessoas ainda se lembrem de rituais, nomes, canções, histórias e habilidades, agora é o documento que se mantém como autoridade final e como garantia de transmissão para o

futuro. Como consequência, as tradições orais públicas e de longa data, outrora as de maior prestígio, têm sido refutadas.

LEMBRANÇAS DE “VELHOS”: UM VESTÍGIO DA TRADIÇÃO ORAL PRESENTE NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Com o intuito de mostrar como o indivíduo idoso está socialmente enquadrado nas sociedades contemporâneas, em sua obra intitulada *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ecléa Bosi (1994) procura retomar o valor da memória ou da lembrança de pessoas idosas.

Segundo Bosi (1994), a opressão da velhice se dá de múltiplas maneiras, algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas. O idoso é oprimido por meio de mecanismos institucionais visíveis, como a burocracia da aposentadoria e dos asilos; por mecanismos psicológicos e obscuros como a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que o forçam a comportamentos repetitivos e monótonos, a intolerância, a discriminação e outros mecanismos pelos quais se procura enquadrar o idoso como incompetente e incapaz.

Assim, “ser velho” na sociedade capitalista é sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega na medida em que a memória vai se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si, mas somente para o outro e esse “outro”, que muitas vezes, é um opressor, pode converter-se em um período da vida invadido pela monotonia.

Segundo Bosi (1994), a função social do velho é lembrar e aconselhar – unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir. A sociedade capitalista inviabiliza o uso da lembrança dos idosos, pois, embora use o seu braço servil, recusa os seus conselhos. A sociedade capitalista desarma o velho mobilizando mecanismos pelos quais oprime a velhice, destrói os apoios da memória e substitui a lembrança pela história oficial.

A memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados os seus suportes materiais, nem somente porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque a história oficial passou a ser exaltada em detrimento da lembrança. Esse triunfalismo está ligado à vitória do vencedor ao pisotear a tradição dos vencidos, assim como ocorreu, por exemplo, com muitas das tradições orais dos indígenas após o massacre da colonização. Bosi (1994) classifica esse fato como algo daninho e sinistro que sufoca a lembrança. Desse modo,

as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra “história”, por outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade.

Segundo Halbwachs (2004), o que rege a atividade mnêmica é a função social exercida no momento pelo sujeito que lembra. Para Bosi (1994, p. 63) “há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade [...] neste momento de velhice social restalhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade”.

Halbwachs (2004) mostra que em muitos povos de tradições orais, “os velhos” são os guardiões dessas tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com outros velhos e para ensiná-las aos jovens. Assim, em nossas sociedades também deveríamos estimar “o velho” porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças.

Há para “o velho” uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem. Nem toda sociedade espera, ou exige, dos “velhos” que se desencarreguem dessa função. Em determinados povos, a exemplo de muitas comunidades indígenas, “o velho”, o sábio ou o pajé tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, a tradição. Na verdade, isso se dá, não porque “o velho” tenha uma capacidade especial para isso, mas porque o seu interesse se volta para o passado que ele procura interrogar cada vez mais, ressuscitar detalhes, discutir motivos e confrontar a sua opinião com outros da sua geração. Assim, os graus de expectativa ou de exigência não são os mesmos em toda parte. O que se nota no Ocidente é que o homem ativo – independentemente de sua idade – se ocupa menos de lembrar, exerce de modo menos frequente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habilmente a relembrar o passado, o que envolve as tradições de um determinado povo.

Bosi (1994) mostra que sem “os velhos” algumas dimensões da cultura e da educação dos adultos não alcançariam a sua plenitude: o reviver do que se perdeu, de histórias, tradições, o reviver dos que já partiram; o poder que os velhos têm de tornar presentes na família os que se ausentaram. Esta força ou vontade de revivescência delinea do que passou o seu caráter transitório e faz com que entre de modo constitutivo no presente. Para Hegel (*apud* Bosi, 1994, p. 74) “é o passado concentrado no presente que cria a natureza humana por um processo de

contínuo reavivamento e rejuvenescimento”. No entanto, em uma sociedade que não valoriza as práticas orais, isso tem se perdido e, assim, está se perdendo muito do conhecimento que poderia ser transmitido entre as nossas intergerações.

Há uma essência cultural que pode atingir as crianças de qualquer sociedade por meio da fidelidade da memória dos mais velhos, assim como se dá na transmissão de conhecimentos nas comunidades indígenas. Nesse sentido, Melia (2003) mostra que muitos povos indígenas contam com admiráveis textos tecidos a partir da sua cosmovisão, o que envolve a sua filosofia própria, assim como as suas teorias políticas e forma de vida religiosa. Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há uma série de correntes do passado como ilhas efêmeras de uma cultura que representam um estilo ou resquícios de outras épocas que representam a maneira de pensar em uma determinada cultura, maneiras de sentir e se relacionar com o mundo que, todavia, podem ser resgatados por meio do contato com os mais velhos, especialmente, nas sociedades que mantêm e valorizam a cultura oral.

Existem sociedades nas quais o ancião é o maior bem social, possui um lugar privilegiado e a sua voz é honrada. Segundo Bosi (1994, pp. 76-77),

uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhuma avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de tronco para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles tinham perdido a experiência. Um velho que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado.

Assim, nesse aspecto, a sociedade industrial tem se mostrado maléfica para a velhice. Com o padrão de sociedade como se vive na era industrial, as mudanças sociais e históricas se aceleram e a sociedade passa a extrair uma divisão de classes que cria uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza e, dessa forma, o sentimento de continuidade do trabalho e das próprias tradições é descontinuado.

Antigamente, o artesão acumulava experiência, e os anos o aproximavam da perfeição do seu desempenho, era considerado um mestre do ofício. Após a Revolução Industrial, de acordo com os novos padrões do mercado, o trabalho em muitas áreas de atuação se dá por meio de uma repetição de gestos ou ações que não permitem o aperfeiçoamento, a não ser a

rapidez. Nas sociedades ocidentais, é comum que se prime a mercadoria sobre o homem, e a idade deste engendra a sua desvalorização.

Se existe uma memória voltada para a ação, feita de hábitos, há outra que simplesmente revive o passado, e esta é a memória dos “velhos”, já libertos das atividades profissionais e familiares. Segundo Bosi (1998, p. 82) “o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função à qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens”.

A conversa evocativa de um “velho” é sempre uma experiência profunda: “repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual” (BOSI, 1998, p. 82).

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade cultural que não conhecemos poderia ser melhor compreendido também por meio da memória dos mais velhos. Para Bosi (1998), momentos desse mundo perdido poderiam ser compreendidos por quem não os viveu e, inclusive, poderia até humanizar mais o presente.

Dentro da nossa própria sociedade, onde estão as brincadeiras, as cantigas, os jogos e as danças de outrora? É possível resgatá-los nas lembranças dos mais velhos, onde aparecem e podem surpreender pela sua riqueza. Apenas os velhos são guardiães desse tesouro.

Segundo Bosi (1998, p. 83), em nossa sociedade “o velho é alguém que se retrai de seu lugar social e este encolhimento é uma perda e um empobrecimento para todos. Então, a velhice desgostada, ao retrair suas mãos cheias de dons, torna-se uma ferida no grupo”. O modelo de sociedade contemporânea faz que os indivíduos percam uma espécie de tônus vital que lhes permita a sensação de captação de mundo, isso porque lhes são impostos os constrangimentos dos limites e o diálogo deixa de ser aberto e infinito. Não há mais conselhos, pois na época da informação, a busca pela sabedoria perde as forças, sendo substituída pela mera opinião.

A arte de narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam. No entanto, a narração exemplar foi substituída pela informação de imprensa que não é pesada e medida pelo bom senso do leitor. A informação é diferente do objeto de tradição oral dos antigos: atribui-se foros de verdade quando é, muitas vezes, tão inverificável quanto a lenda. De acordo com Bosi (1998, p. 86):

a arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação. Ingurgitada de explicações, [a informação] não permite que o receptor tire dela alguma lição. Os nexos psicológicos entre os eventos que a narração omite ficam por conta do ouvinte, que poderá reproduzi-la à sua vontade; daí o narrador possui uma amplitude de vibrações que faltam à informação.

O homem moderno não cria o que ele pode simplesmente abreviar. Roubada à tradição oral, a *short history* também se imprimiu e abreviou, não permite mais que se conte e reconte, formando sobre ela a superposição de camadas sutis e transparentes com que os contadores retocam a matiz. Isso vai ao encontro do que mostra Mignolo (2009) ao priorizar a perspectiva do lócus de enunciação, segundo a qual, entender o passado não pode se separar do falar do presente. O ato de interpretar, segundo Mignolo (2009) significa tanto ter a habilidade como o conhecimento para usá-la.

Segundo Bosi (1998), o receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado. Recebe um excesso de informações que saturam a fome do conhecer, incham sem nutrir, pois não há a lenta mastigação e assimilação. A comunicação em mosaico reúne contrastes, episódios díspares sem síntese, é a-histórica, por isso é que seu espectador perde o sentido da narrativa.

ADVINHAÇÕES E NARRATIVAS: TRADIÇÕES ORAIS DOS QUÉCHUA

Zavala (2002) apresenta algumas tradições orais quéchuas em contexto escolar bilíngue (castelhano e quéchua) em Umaca no Peru. As narrativas são formas orais locais por meio das quais se cria e transmite conhecimento naquela comunidade. Embora as narrativas e outros discursos verbalmente modelados não possuam registro escrito, constituem sistemas de símbolos socialmente afirmados por meio da prática social. Segundo Zavala (2002, p. 69), “além das literalidades impressas, existem também formas orais por meio das quais as pessoas concebem a língua e a interação”.

É importante destacar que nenhuma forma particular de usar a linguagem, seja oral ou escrita, proporciona a alguém mais capacidades “cognitivas” em um sentido fundamental ou essencialista. Assim, não é a alfabetização *per se* (no sentido de saber codificar e decodificar símbolos gráficos), mas a mistura de práticas sociais onde esta se insere que vai produzir diferentes tipos de habilidades nos indivíduos.

Como mostra Zavala (2002), além de a cultura ocidental haver sido instalada no centro do raciocínio “universal” – como um raciocínio que supostamente progrediu mais – foi também atribuída a ela uma suposta superioridade suprema em detrimento das culturas tradicionais que passaram a ser caracterizadas como “irracionais” e “ilógicas”.

No que diz respeito às narrativas, quando solicitadas no contexto escolar estudado por Zavala, os professores, geralmente, as solicitavam em castelhano, segundo o padrão convencional escolar e, assim, esperavam que fossem narrações temáticas e coerentes e que estivessem organizadas cronologicamente ao redor de um tema central, no entanto, tais composições que os professores costumam solicitar aos alunos eram uma espécie de relatórios que deveria descrever um determinado processo, abordar esse processo e finalizar o texto. Nesses moldes, geralmente os alunos não tinham sucesso nas suas produções textuais. Por outro lado, quando era solicitado que os alunos escrevessem em quéchua, eles escreviam relatos locais. As crianças produziam narrativas pertencentes às tradições orais, nas quais se costuma relatar personagens fictícios – como, por exemplo, animais – dentro de situações conflitantes que podiam ou não conduzir ao desenlace infeliz. A maioria dessas histórias apresentava uma base ética que frequentemente é discutida no lar; além disso, enfatizam a forma como certos personagens são percebidos dentro dos mundos imaginários e a maneira como certos traços podem acarretar situações que, muitas vezes, acabam com suas vidas. Assim, esses contos locais diferem das composições que são escritas em castelhano em aspectos tais como a estrutura discursiva, o conteúdo e a maneira de narrar.

Enquanto as histórias em castelhano são narrativas que de certa forma refletem o formato escolar de ensaio, as histórias que se escreve em quéchua são narrativas locais que fazem parte da memória social e coletiva da comunidade. Zavala (2002) ressalta que uma narrativa escrita como composição carece de sentido, visto que não acrescenta nenhuma perspectiva pessoal nem se relaciona com a pertença dos sujeitos a grupos sociais particulares. Para Gee (1991 *apud* ZAVALA, 2002), as narrativas desempenham o papel central na construção humana de sentido. E no caso dos relatos quéchuas, estes constituem canais que refletem sistemas de crenças e cosmovisões há muito existentes.

Zavala (2002) privilegia o espaço da narrativa ao apontar que com a narrativa o ouvinte/leitor não só pode reconstruir um ponto de vista particular como também pode reconhecer um conjunto de normas sociais que pertencem a uma comunidade específica. De acordo com Luhmann (1997 *apud* ZAVALA, 2002), a lembrança se condensa no aprendizado

e em experiências que deixam lições sobre os fatos vividos. Por isso, a memória passa a se sedimentar como aprendizagem coletiva e não como um simples fato de recontar fatos isolados. Para Zavala (2002), as narrativas estão inscritas em um contexto narrativo amplo vinculado à própria história e às próprias tradições e, dessa forma, conceber a narrativa fora do seu contexto social é um vão engano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar a relevância da escrita e de outras tecnologias ocidentais para os povos indígenas ou para outras sociedades ágrafas. As críticas à imposição da escrita, assim como mostra Hamel (2003), se dão com o intuito de mostrar a importância de proporcionar condições para que essas culturas, ou os seus componentes, possam se apropriar da escrita como um recurso e integrá-la a sua própria cultura, sem que para isso, precisem abandonar a sua identidade cultural e se ver obrigadas a assimilar-se às culturas dominantes.

A escrita é uma forma de preservar os conhecimentos, no entanto, isso não significa menosprezar ou considerar como inferior o conhecimento que se adquire por meio da tradição oral. De acordo com Mignolo (2009), há a necessidade de descolonizar a erudição e descentralizar os lugares de enunciação epistemológica. Assim, para uma melhor estruturação do conhecimento, é preciso dar voz aos mais variados povos e culturas; há muitos povos que são silenciados pela opressão da cultura dominante do “outro”.

Estamos hoje em uma era da tecnologia, na qual conhecimento e a documentação são impressos, ou melhor, digitalizados; seguramente que esses avanços, têm o seu lado positivo, no entanto, não podemos olhar para a cultura do outro como algo subalterno, inferior. As tradições orais têm o seu lado positivo dentro das suas especificidades e passam por transformações dentro da sua própria dinâmica. Devemos valorizá-las e reconhecê-las como formas de representar as suas culturas, como outras formas de transmissão de conhecimento.

A sociedade ocidental moderna se apega unicamente ao que pode ser considerado como ‘a novidade do momento’ e passa a caracterizar como inútil uma série de elementos que um dia esteve presente dentro do seu próprio contexto; as coisas são desvalorizadas em detrimento de outras, por exemplo: tradição oral *x* escrita; cartilha *x* livro didático; *e-book* *x* livro impresso; brincadeiras tradicionais *x* videogames; festas folclóricas *x* *shows* internacionais; culturas locais *x* culturas mundializadas. Dessa forma, o cenário ocidental, ou talvez mundial, vai ficando

repleto de mesmice. Usa-se o mesmo estilo de roupa em Tóquio, Nova York e Paris, come-se o mesmo hambúrguer em São Paulo, Moscou e Berlim, vêem-se os mesmos filmes em Buenos Aires, Zurique e Nova Delhi.

Esta abordagem acerca da tradição oral não significa uma forma de superestimar esta em relação à tradição escrita, mas é uma forma de ressaltar a importância de se reconhecer outras formas de produzir conhecimento. Conhecimento este que está muito próximo de cada um nós, muitas vezes, intocado. Em nosso caso, para desvelá-lo, basta que se procure ouvir “os nossos velhos” e descobrir o conhecimento contido na memória dos nossos pais, avós e bisavós. As suas lembranças são como uma ponte entre o presente e o passado que contribui para que possamos compreender a nossa história, as tradições e a nossa cultura. Assim, é importante que sejam mudadas algumas concepções da nossa sociedade, que muitas coisas sejam repensadas, que sejam refeitas as relações humanas, para que “os velhos”, os índios e outros grupos de tradições orais presentes em nossas sociedades não sejam tratados como uma espécie estrangeira ou estranha, alheia. Mas que sejam reconhecidos como portadores de conhecimento e encarados como outra forma de conhecer a realidade.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALVET, Jean Louis. *Tradição oral & Tradição escrita*. (Tradução: Waldemar Ferreira Netto, Maria de Freitas Vieira) São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HAMEL, R. E. El papel de La lengua materna em la ensananza: particularidades en la educación bilingüe. In: INGRID. J. LOPEZ, L. E (org.). *Abriendo la escuela: Lingüística aplicada a la enseñanza de lenguas*. Proeib-Andes, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. Lição de escrita. In: *Tristes trópicos*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 2008.

MELIÁ, Bartolomeu. El silencio de las lenguas y la palabra recuperada. In: FONSECA, Gustavo Solís. *Cuestiones de lingüística amerindia*. Lima: Actas del Tercer Congreso Nacional de Investigaciones Lingüístico-Filológicas, 2003.

MIGNOLO, Walter. El lado más oscuro del Renacimiento. In: *Universtias Humanística*. N. 67, enero-junio de 2009. pp. 165-2003. Bogotá, Colômbia.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAVALA, V. *Desencuentros com la escritura: escuela y comunidad em los Andes peruanos*. IEP, 2002.

Recebido em: 08/02/2016

Aceito em: 10/12/2016